

**ATA**

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Presidente da Câmara informou que, considerando a proposta hoje agendada relativamente ao AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia do Ave, SA, estava presente nesta reunião o Professor José Mendes, Presidente do respetivo Conselho de Administração, para fazer um enquadramento da situação atual. -----

O Professor José Mendes fez a sua intervenção, dando a conhecer a situação atual do AVEPARK, começando por dizer que, depois do investimento da 1.ª fase - a infraestrutura física - o AVEPARK necessita agora de uma taxa de ocupação superior à atual para não sofrer um défice de exploração. Disse, ainda, que nesta 2.ª fase se regista um esforço tendo em vista a captação de mais projetos para o AVEPARK, tendo sido elaborado um plano estratégico para o efeito. Continuou referindo que o plano estratégico foi dividido em quatro áreas, a que correspondem

objetivos operacionais, instrumentais, financeiros e organizacionais, dando a conhecer cada um desses objetivos. Deu, ainda, conhecimento de que está prevista a criação do Conselho Científico-tecnológico, incumbido de identificar possibilidades de investimento de empresas de base tecnológica no AVEPARK. Por último, informou que a equipa foi reforçada com um quadro técnico superior cuja atividade tem como finalidade definir o plano de promoção internacional do AVEPARK. -----

Nesta sequência, o Vereador André Coelho Lima interveio, concordando com a necessidade de um plano para desenvolver o AVEPARK e perguntando se o pacote financeiro a ser aprovado hoje para este ano reduz ou elimina o défice financeiro do AVEPARK. Terminou, desejando felicidades ao Prof. José Mendes e depositando muitas expectativas num equipamento tão importante para Guimarães como o AVEPAK. -----

Interveio, também, o Vereador José Torcato Ribeiro dizendo ser importante que os objetivos apresentados sejam concretizados na medida em que contribuirão para um esforço financeiro menor por parte da Câmara Municipal. -----

Sobre as intervenções apresentadas, o Prof. José Mendes disse que qualquer venda de lotes que venha a ser realizada, sê-lo-á sempre para amortizar a dívida e não para pagar salários, com o objetivo de equilibrar o défice de exploração, referindo, ainda, a receita importante para o Município de Guimarães, proveniente das receitas fiscais com origem nas empresas instaladas no AVEPARK. -----

O Presidente da Câmara disse que a linha descendente do AVEPARK referida pelo Vereador André Coelho Lima tem a ver com o momento que o país vive. Referiu, ainda, a importância das receitas provenientes de impostos e outros tributos, como a



Derrama e o IRC, das empresas instaladas no AVEPARK que ajudam a minorar o esforço financeiro que a Câmara Municipal vai assumir. Por último, agradeceu a presença do Prof. José Mendes manifestando esperança no projeto que pretende levar à prática. -

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Disse entender que a Câmara Municipal de Guimarães não tem razões para adiar a construção da Piscina Municipal de Serzedelo, considerando que havia todas as condições para lançar a obra e que a suspensão do processo revela uma atitude discriminatória negativa de Serzedelo. Disse, ainda, que a construção da Piscina Municipal de Serzedelo é uma promessa eleitoral para este mandato que deve ser concretizada, pelo que considera que se não houver financiamento por parte do Estado, deverá ser a Câmara Municipal de Guimarães a garantir as verbas necessárias à sua execução; **b)** – Quis saber o ponto de situação relativamente à construção de uma unidade hoteleira na Av. Conde de Margaride, uma vez que a obra se encontra parada. **2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Disse que em 10 de Fevereiro de 2012 deu entrada no Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal de Guimarães um abaixo-assinado com 314 assinaturas solicitando a alteração do percurso da linha 31 dos TUG. Acrescentou que os subscritores deste abaixo-assinado solicitam que a referida linha saia da Alameda Norte e passe pela rua de Santo António, fazendo assim o antigo percurso. Assim, quis saber qual é a posição da Câmara sobre esta pretensão; **b)** – Saudou os novos corpos sociais do Vitória Sport Clube que no passado dia 10 de Abril tomaram posse, acrescentando que aquele Clube atravessa um momento extremamente difícil do ponto de vista financeiro, situação que provocou a realização de eleições antecipadas às quais

concorreram duas listas, tendo a vencedora obtido 60% da confiança dos associados. Disse, ainda, que a tarefa que esta nova direção se propõe realizar não é fácil e terá de contar com o apoio de todos os vitorianos e vimaranenses. Por último, expressou o desejo que esta nova direção, liderada pelo Eng.º Júlio Mendes, consiga ultrapassar as atuais dificuldades do clube, impulsionando-o para o patamar a que habituou os seus associados, e que em tempos permitiu, do ponto de vista desportivo, sonhar mais alto. **3**

– Presidente da Câmara – a) - Sobre os TUG disse que a concessão implica do concessionário uma responsabilidade que não tem razão de ser quando não tem utentes. Disse, ainda, que o abaixo-assinado foi recebido e dirigido aos respectivos serviços para que fosse analisado, acrescentando que, no âmbito da reabilitação urbana, está prevista uma ligação do Largo República do Brasil à zona das Hortas que implicará uma alteração nos serviços dos TUG, **b)** - Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que a situação de incerteza quanto à construção da Piscina Municipal de Serzedelo tem a ver com a decisão do Governo de suspender todas as obras do QREN sem execução financeira há seis meses. Explicou o processo relativo a esta infraestrutura, acrescentando que houve necessidade de reformular o projeto pois este não correspondia à dimensão do que era necessário concretizar em Serzedelo, informando que a verba do QREN prevista para esta obra não chega a 50% do total do investimento. Aproveitou para informar que a Câmara Municipal de Guimarães poderá ter que aprovar uma revisão orçamental, tal como já fez o Governo, pois a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2012 pelos órgãos executivo e deliberativo ocorreu num cenário de suporte orçamental que hoje não se verifica. **4 – Vereador Amadeu Portilha** – Ainda sobre a questão



dos TUG (linha 31) recordou que tinham sido retiradas 15 das 21 linhas que passavam pelo centro da cidade (Alameda, Toural e rua de Santo António), nas quais se inclui a linha 31, o que estava previsto e integrado no projeto geral de requalificação, profusamente divulgado pelos utentes, considerando um passo importante para alterar e melhorar a mobilidade nesta área nobre da cidade. Disse, ainda, que deferir esta reclamação implicava abrir um precedente que poderia trazer problemas de difícil resolução, visto que todos os utentes das restantes linhas se sentiriam legitimados para pedir uma solução apropriada às suas necessidades. **5 – Vereador Domingos Bragança** – Sobre a obra na Av. Conde Margaride esclareceu que a solução urbanística encontrada para a construção desta unidade hoteleira implicou divergências legítimas e compreensíveis relativamente a terrenos e à possibilidade ou não de servidões, o que impede que o processo avance com normalidade. Contudo, acrescentou que o assunto está a ser resolvido nas instâncias próprias, aguardando-se para breve uma solução. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Comentou uma informação veiculada pela Associação de Empresas de Construção de Obras Públicas e Serviços segundo a qual o Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, irá, de imediato, analisar a situação dramática em que se encontra a atividade da construção no Algarve e reunir com os empresários em causa. Neste contexto, salientou o défice excepcional da região do Minho relativamente à empregabilidade nos sectores têxtil e da construção civil, exortando os empresários da região a denunciar, igualmente, a situação ao Ministro da Economia e do Emprego; **2** – De uma informação do Vereador Amadeu Portilha dando

conhecimento que os dados recolhidos pela Divisão de Relações Públicas e Turismo da Câmara Municipal de Guimarães referentes ao primeiro trimestre de 2012 indicam claramente que a Capital Europeia da Cultura está a ter um fortíssimo impacto positivo na afluência de turistas a Guimarães, com percentagens de crescimento muito significativas em quase todos os referenciais de análise estudados. Assim, o Teleférico de Guimarães apresentou um crescimento superior a 90%, ao mesmo tempo que os Museus da Cidade (Paço dos Duques de Bragança, Museu Alberto Sampaio e Sociedade Martins Sarmento) contabilizaram mais de 46% de ingressos do que em igual período do ano anterior. Os Postos de Turismo revelaram um crescimento exponencial na procura por parte de turistas na ordem dos 192% e o fim de semana da Páscoa revelou um aumento de cerca de 33% de visitantes, em relação ao período homólogo de 2011. Quanto à Taxa de Ocupação Quarto nas principais unidades hoteleiras de Guimarães verificou-se um aumento percentual na ordem dos 36%. Por último, o site www.guimaresturismo.com demonstrou um crescimento no número de visitas em cerca de 500%; **3** – Do comunicado da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães na sequência das declarações do Professor Hélder Trindade, Presidente do Instituto Português do Sangue, sobre o boicote de algumas Associações à dádiva de sangue; **4** – Deu uma informação sobre o ponto de situação do Centro de Ciência Viva, instalado num edifício reabilitado pela Câmara Municipal dentro dos parâmetros estabelecidos para a reabilitação da Zona de Couros, dizendo que, ao longo do percurso do projeto, foi necessário fazer algumas alterações para a função do Centro de Ciência Viva tendo sido, por isso, necessário adaptar o espaço às condições que este tipo de espaços deve proporcionar. Disse,



ainda, que a candidatura do equipamento foi aprovada em janeiro de 2012, pelo que só agora se está em condições de evoluir neste processo, designadamente na aquisição do equipamento. Concluiu, referindo não haver nenhum tipo de leitura perversa que se possa fazer sobre esta matéria; **5** – Do ofício da empresa “tintas COMPINTA” disponibilizando-se para oferecer 50% da tinta necessária para a reabilitação das fachadas dos edifícios do Centro Histórico que ainda carecem dessa intervenção; **6** – Da carta de uma munícipe sobre a poda drástica de árvores executada pela Estradas de Portugal na EN 101, bem como da resposta que a Câmara Municipal lhe enviou, transmitindo, igualmente, desagrado pela situação e recriminando aquela ação para com a natureza; **7** – Da carta do Presidente do Parlamento Alemão, Prof. Dr. Norbert Lammert, agradecendo a hospitalidade e o simpático acompanhamento por ocasião da sua visita a Guimarães, manifestando-se impressionado com a cidade, bem como com o ensaio da Fundação Orquestra Estúdio. Mostrou-se convicto que Guimarães, como Capital Europeia da Cultura 2012, não só irá conhecer um revitalizante desenvolvimento, mas também dará uma contribuição sustentável para a promoção da diversidade cultural da Europa e das suas diferentes identidades; **8** – Da publicação do artigo “Guimarães – Cidade Europeia da Cultura”, na edição Primavera 2012 da “Travel & Safaris”, **9** – Deu uma informação sobre a obra de instalação da Fonte da Vitória junto da Escola Secundária Francisco de Holanda, dizendo que a obra começou a 10 de abril e que se prevê concluída em meados do próximo mês de maio. Deu também uma informação sobre a obra de instalação da Fonte do Carmo, dizendo que se prevê concluída até ao próximo dia 25 de Abril; **10** – Da nomeação, pela União Europeia, de Fátima Mendes, empresária de Guimarães na área de

vestuário e moda, como Embaixadora Oficial das Mulheres Empresárias na Europa. O Presidente da Câmara disse, a propósito, congratular-se com esta nomeação; **11** – Deu conhecimento das seguintes candidaturas que, em função da reestruturação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), não apresentam execução física e financeira há mais de 6 meses: “Acesso Selho S. Jorge/Selho S. Cristóvão”; “Biblioteca Itinerante”; “Estrutura e Implementação do Programa de Ação”; “Redução da Fatura Energética na Rede de Iluminação Pública de Guimarães”; “Gestão, Animação e Comunicação”; “Piscina Municipal de Serzedelo”; “Plano de Comunicação e Animação da Parceria”. -----

Sobre este assunto o **Vereador Domingos Bragança** explicou que destas 7 candidaturas, 4 foram de contraditório relativamente fácil, esperando, por isso, decisão favorável. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2011, aprovado em reunião da Assembleia-Geral realizada no passado dia 22 de março, que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria de Expediente Geral; **2** – Do ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2011, aprovado em reunião de Assembleia Geral realizada no passado dia 28 de março, acompanhado da respetiva Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único, em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que se encontra disponível para



consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria de Expediente Geral; **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 30 de março de 2012, que aprovou a conta final da obra designada por “**Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral**”, no valor de €215.346,33 + IVA, bem como do auto final no valor de €6.818,68 + IVA, adjudicada a “Alexandre Barbosa Borges, S.A.”; **4** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 28 de março de 2012, que aprovou a conta final da obra designada por “**Veiga de Creixomil – Caminho Real e Caminho da Variante**”, no valor de €383.104,68 + IVA, bem como do auto final no valor de €69.328,55 + IVA, adjudicada a M. Couto Alves, S.A.; **5** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 28 de março de 2012, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Fornecimento e instalação de equipamentos/mobiliário para a Plataforma das Artes e da Criatividade. **Preço base:** 412.970,00€ + I.V.A. (23%), sendo: - Lote 1: Equipamento de reserva: 260.000,00€; - Lote 2: Equipamento audiovisual: 59.000,00€; - Lote 3: Equipamento de manutenção/montagens: 8.067,00€; - Lote 4: Material para equipamentos pesados: 59.000,00€; - Lote 5: Equipamento de medição/controlo/conservação: 3.560,00€; - Lote 6: Material para montagens e manutenção: 18.360,00€; - Lote 7: Material de embalagem e acondicionamento de obras: 4.983,00€. **Classificações económicas:** 07011002, 070115, 070111, 020121, 020117, 020114, 020107, 020121 e 020104. **Plano:** 1.1.1.02. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos

Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - José Filipe Tavares Fontes, Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico; **Vogais Suplentes:** - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Artur Corte Real, Chefe da Divisão de Estudos e Projetos. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida. Propõe-se que os esclarecimentos, as retificações de erros ou omissões e as prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso”. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2012. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu, por não ter estado presente na reunião. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo, apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a ata da reunião anterior mas queremos que fique registado que, nos pontos nºs 5 e 9, esta não expressa o conteúdo das intervenções que desmontaram claramente o argumentário invocado na declaração dos Vereadores do PSD. Como acentuamos na reunião, os Vereadores do PSD fizeram incidir as suas críticas sobre a proposta relativa à delegação de



competências na Junta de Freguesia de Barco, quando na reunião anterior foi um dos Vereadores do PSD que exigiu a intervenção da Câmara e não a da Junta de Freguesia. Esta posição do PSD pretendeu apenas desviar a crítica que deveria ter incidido na proposta relativa à freguesia de Caldelas. Pela não inclusão das intervenções nestes pontos produzidas pelos membros do PS, a ata referida não retrata a discussão verificada". -----

OBRAS PÚBLICAS – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL - CALDELAS, PARA CENTRO ESCOLAR - ADJUDICAÇÃO

- Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Ajuste Direto identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente "Domingos da Silva Teixeira, SA", pelo preço de €994.954,45 (novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) + IVA, sendo o prazo de execução de 120 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – RESIDÊNCIA PARA ARTISTAS – OLIVEIRA DO CASTELO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Residência para Artistas - Oliveira do Castelo", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 15 de março de 2012 a "COMBITUR - Construções Imobiliárias e Turísticas, SA", pelo valor de €998.041,77, para um prazo de 240 dias. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E REPUBLICAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “A utilização, nos últimos três anos, do Regulamento nº8/2009 de 08/01 alterado nos seus dois primeiros capítulos pelo ao Regulamento nº 220/2009 de 25/05, permitiu identificar algumas inconsistências na sua aplicação, mostrando a necessidade de se proceder às alterações que aqui se propõe nos capítulos II – Apoios Sociais Diversos, III – Apoios à Habitação e IV – Disposições Finais. No respeito pelos princípios de equidade e de justiça social, são três as alterações relevantes que se propõem ao atual regulamento: 1. Que os benefícios às pessoas sejam atribuídos em função de um rendimento familiar *per capita* (Rpc) igual ou inferior a 60%, de acordo com o valor de referência utilizado pela Segurança Social, e não de 65% como atualmente previsto (Condições de atribuição do subsídio - artigos 8º e 14º). 2. Que a forma de calcular a taxa de comparticipação a atribuir para apoio à habitação (alíneas d) e e) do Artigo 2.º), seja idêntica à utilizada para os apoios previstos nas alíneas b) e c) do Artigo 2º em que a percentagem de comparticipação resulta de uma distribuição linear que oscila entre os 100%, a atribuir a rendimentos per capita iguais ou inferiores ao Rendimento Social de Inserção (RSI), e os 0% a atribuir a rendimentos per capita superiores a 60% do Salário Mínimo Nacional (SMN) (Cálculo do subsídio – artigos 12º e 19º). Anexa-se fundamentação com base no “Estudo comparativo das tabelas de comparticipação do Reg. Municipal AESD” – parecer do Dr. Jorge Sousa. 3. Que se contemple modos e procedimentos de trabalho com durabilidade adequada a um documento que garanta uma certa permanência no tempo. Com base neste princípio: a.



Substitui-se a designação das unidades orgânicas pelos serviços que lhe estão atribuídos (Artigo 15.º - Comissão Municipal de Análise e Acompanhamento); b. Retiram-se os anexos dos requerimentos e tabelas susceptíveis de sofrer alterações periódicas, passando a constar apenas o Anexo I – Declaração de Compromisso, o Anexo II – Modelo de Orçamento (Capítulo III) e o Anexo III – Grelha de Avaliação (Capítulo III). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

REGULAMENTOS – PRÉMIO DE MÉRITO “GUIMARÃES TERRITÓRIO DE APRENDIZAGEM” – Presente a seguinte proposta: “O envolvimento das empresas e organizações na qualificação e valorização pessoal dos seus colaboradores revela-se um exercício de responsabilidade social para com uma sociedade cada vez mais exigente e atenta aos impactos da sua ação, e demonstra também uma realidade cada vez mais assumida e presente para os agentes que operam no mercado de trabalho. Consciente desta importância, o Grupo da Qualificação e Emprego da Rede Social de Guimarães gostaria de destacar as empresas e outras organizações que cooperam na mobilização de públicos para processos de qualificação e se revelam como parceiros indispensáveis na promoção da melhoria da qualificação da população ativa do concelho. Deste modo, coloca-se à consideração superior a atribuição, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, do Prémio de Mérito “Guimarães Território de Aprendizagem” com o qual se pretende distinguir, em cada ano, as entidades que mais se evidenciam pela facilitação e promoção do acesso dos colaboradores a processos de qualificação. O Prémio de

mérito a atribuir obedece ao Regulamento que se apresenta em anexo, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, em conformidade com o disposto na alínea a), do nº 6, do artigo 64º e da alínea a), do nº 2, do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em vista o estabelecido nas alíneas d) (educação), h) (ação social) e n) (promoção de desenvolvimento) do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e alínea a), do nº 4, do artigo 64º, da mencionada Lei nº 169/99". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA Nº 3/2012 - DESBASTE DE EUCALIPTOS – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "O Município é proprietário de um terreno com a área de 13.500,00m², situado no Lugar da Venda Velha, da freguesia de Candoso Santiago, cedido no âmbito do loteamento titulado pelo Alvará nº 15/84. Nesse terreno existe um povoamento de eucaliptos (*eucalyptus globulus*) próximo de várias habitações, que poderá colocar em perigo pessoas e bens em caso de incêndio e de condições climatéricas adversas. De forma a salvaguardar esse risco e de molde a assegurar a faixa de gestão combustível prevista no nº 2 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 4 de Janeiro, o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente propõe um plano de corte daquelas árvores, nos termos das condições impostas naquele diploma legal. Assim, submete-se à aprovação superior o programa da hasta pública que se junta em anexo, a publicitar num jornal local, nos lugares de estilo e no sítio da internet do Município de acesso público,



devendo, em caso de aceitação, o assunto ser submetido a deliberação de Câmara”. O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – COMODATO EB1 DE ERMIDA - RONFE - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR -

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em reunião de Câmara Municipal realizada em 11 de setembro de 2008, foi deliberado prestar apoio ao Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar, com vista à realização de projetos de educação e formação, apoio esse que se traduziu no consentimento para utilização do edifício escolar de Ermida, da freguesia de Ronfe, e na assunção, por parte do Município, dos custos relativos aos consumos de água, luz, telefone, reativação da internet, limpeza do espaço exterior do prédio e cedência de mobiliário escolar. Recentemente, aquele Agrupamento de Escolas manifestou interesse em continuar a ocupar o referido prédio para funcionamento da componente tecnológica do curso de educação e formação de serviço de mesa, que está a promover. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, tendo aquela escola sido encerrada, e considerando a possibilidade de se atribuir nova utilização aos edifícios escolares devolutos, poderá aquele espaço ser aproveitado para a instalação de valências culturais e sociais, que se traduzam num efetivo enriquecimento da oferta de serviços à população, pelo que se conclui não haver qualquer inconveniente quanto ao uso do referido prédio, e seu mobiliário, para os fins pretendidos pelo indicado Agrupamento de Escolas. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser formalizada a cedência do identificado prédio e do mobiliário constante da lista anexa, através de contrato de comodato, a fim

de satisfazer as necessidades do Agrupamento de Escolas Abel Salazar, e demais população, tendo aquele Agrupamento pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a cedência ao Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar, do mobiliário bem como do antigo edifício escolar de Ermida, Ronfe, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 2075/20110303 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2581, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes”. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Sobre esta proposta, o **Vereador José Manuel Antunes** considerou que no ponto 3 da minuta do contrato de comodato deveria constar “...valências culturais, recreativas, sociais e educativas...”, uma vez que no ponto 5 da referida minuta é dito que o Agrupamento de Escolas manifestou interesse em desenvolver projetos nas áreas da educação e formação no edifício em causa. O Presidente da Câmara deu a palavra à **Vereadora Francisca Abreu** que esclareceu que a valência educativa era já pré-existente, pelo que não seria necessário fazê-la constar do ponto 3 da referida minuta. De seguida, o **Vereador José Manuel Antunes** quis saber por que motivo a Junta de Freguesia de Ronfe não foi ouvida neste processo, tendo o **Presidente da Câmara** esclarecido que, em primeira instância, o Município deverá ouvir o Agrupamento de Escolas e só em casos de não interesse na



utilização do espaço ou de diferendo é que a Junta de Freguesia é abordada. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – AUMENTO DE CAPITAL – AVEPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A. –

Presente a seguinte proposta: “A Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., adiante designada por AVEPARK, apresentou o seu Plano Estratégico para os anos de 2012 a 2014, aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de Março de 2012, solicitando um aumento da participação do Município de Guimarães no capital social daquela empresa. Considerando a missão e os objetivos estratégicos que o AVEPARK pretende alcançar na difusão do conhecimento, da inovação, da incubação de empresas tecnológicas, numa base de interface entre a Universidade do Minho, entidades de investigação científica, investigadores e empreendedores, para modernizar e diversificar o nosso universo empresarial, tendo por fim a sua competitividade e criação de valor, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a realização de um aumento da participação do Município de Guimarães no capital social daquela empresa, no valor de €1.300.000 (um milhão e trezentos mil euros)”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de aumento de capital no montante de 1.300.000,00 por a referida proposta corresponder aos valores alcançados na negociação com a banca,

nomeadamente uma previsão de amortização do financiamento em quatro anos e não em vinte anos, como anteriormente foi previsto. Registamos que as condições de financiamento não foram as melhores, mas as possíveis, devendo proceder-se a uma renegociação deste financiamento logo que as condições de estabilidade económica e financeira do País e da banca o proporcionem. O aumento de capital social votado corresponde às condições estabelecidas no Plano estratégico apresentado pelo Administrador do Avepark Prof. José Mendes que merece toda a nossa aprovação". -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Em Março de 2011, foi-nos proposto um aumento de capital da sociedade AvePark, para pagamento do IMI devido por aquela sociedade, relativo aos anos de 2007, 2008 e 2009. Abstivemo-nos mediante o compromisso do Presidente da Câmara de que se tratava duma situação excecional que não teria sequência nos anos subsequentes. Em Novembro de 2011, foi discutido e aprovado um acordo parassocial nos termos do qual passávamos um cheque em branco ao AvePark e à sua gestão, assumindo o Município o pagamento do serviço da dívida do AvePark até ao montante de € 5.675.513,00. No entanto, na discussão do ponto, foi aqui manifestado que tal não significava o pagamento desse montante, mas apenas que o Município o assumiria caso o AvePark o não lograsse fazer por meios próprios, isto é, pelos recursos gerados pela sua gestão. Explicando: Nos considerandos do acordo parassocial aprovado em Novembro último, era já reconhecido que *"se perspectivava que o serviço da dívida fosse satisfeito pelo fluxo financeiro decorrente da venda de lotes para instalação das entidades interessadas"* admitindo-se que o projeto do AvePark



ficou *“aquém das previsões – o que está a criar constrangimentos ao desenvolvimento do modelo financeiro concebido”*. Isto é, a perspetiva financeira – e política – foi a de que o AvePark era a não apenas a solução para a reconversão do nosso tecido económico, como seria um equipamento que se sustentaria a si próprio, pagando as suas despesas correntes, aí se considerando incluídos os empréstimos contraídos para a edificação do equipamento. O que agora se verifica é que claramente que este objetivos não foram atingidos. O que agora se verifica é que foi irresponsável o aumento de expectativas que foi transmitido publicamente, ou então, que a gestão do equipamento não está à altura das previsões avançadas à época. Com o que estamos confrontados hoje é com uma empresa municipal que não consegue gerar meios próprios para cumprir com as responsabilidades assumidas. Porque se não fosse um dos seus acionistas o Estado – através do Município de Guimarães – que pode com dinheiro dos contribuintes almofadar o serviço da dívida, o AvePark não teria viabilidade. No entanto, é igualmente verdade que se trata de um investimento estruturante para o nosso concelho. Um equipamento consensual, e cujas potencialidades são por todos reconhecidas, o que aliás, tem justificado os sentidos de voto até aqui adotados. Mas o que nos deve preocupar é não apenas a insuficiência de meios no AvePark para fazer face às suas despesas, que pode ser pontual, mas sobretudo a linha descendente da evolução económica e financeira do AvePark. Hoje vem-nos a materialização da autorização concedida no acordo parassocial: €1.300.000,00. O que justifica este montante? Na reunião de Novembro/2011 foi aqui e veiculado pela imprensa que o encargo a assumir pelos cofres municipais no ano seguintes, isto é, neste ano de 2012, seria da ordem dos €740.000,00. Hoje, sem

qualquer explicação adicional, é-nos proposta uma transferência de €1,3 milhões... o que justifica esta quase duplicação do valor? Mas independentemente da "válvula de escape" concedida no acordo parassocial, isso não pode significar, de modo algum, que montantes desta ordem de grandeza tenham que ser suportados pelos contribuintes todos os anos. Pagar até €5,6 milhões não significa nem pode significar pagar €5,6 milhões. Se o Município auxiliar o AvePark por acreditar na potencialidade do equipamento, por acreditar no AvePark como um investimento e não como um sorvedouro de dinheiros públicos, tem que, além de transferir aquilo a que com que se comprometeu, exigir resultados, acompanhar a gestão, fazer uma fiscalização atenta da gestão do equipamento. Até porque, o cenário de contexto é favorável pela proximidade à Universidade do Minho, por estar, nas palavras do Prof. Manuel Mota, no *Sillicon Valley* português, pelo que não haverá nenhuma razão para que o desenvolvimento e a empresarialização de grande parte desses projetos não tenha lugar no AvePark. Foi aliás o seu administrador executivo que declarou a um jornal nacional que "*Decorridos 15 anos do início da sua atividade, o AvePark tem como objectivo a criação de **4000 postos de trabalho***" (Remísio de Castro, 22.01.2007 – Jornal de Notícias). E o seu Presidente que referiu que "*Quando o projeto estiver concluído, daqui a dez anos, teremos **150 a 200 empresas** no Avepark, com **5000 empregos altamente qualificados***", dizendo ainda que "*nessa fase, o Produto Bruto da região será aumentado, só através do Avepark, em mais de 200 milhões de euros anuais.*" (Prof. Manuel Mota, 06.09.2008 – Agência Lusa). Em suma, se podemos admitir as dificuldades sentidas nos PCT's no seu início, na sua fase de lançamento, o que é expectável é que a sua independência financeira seja



progressiva, que a sua linha de progressão seja ascendente, e não descendente como tem sido o caso no AvePark. Por isso temos que tomar medidas para que isto não volte a suceder nos anos seguintes. Sob pena de o AvePark deixar de ser um investimento, para passar a ser apenas um objeto de dispêndio. Não podemos ficar de braços cruzados à espera que nos sejam enviadas as faturas dos anos subsequentes, nem permitir que o AvePark debaixo da tranquilidade do “cheque em branco” do acordo parassocial, não procure inverter a situação em que se encontra, e apresentar rapidamente resultados que contrariem o decréscimo que se vem sentindo. Resultados que credibilizem, pelo menos um bocadinho, as excitações dos seus principais responsáveis. Ao PSD interessa lutar pelo AvePark e lutar por assegurar o seu futuro. Que a todos interessa. Mas para isso, como executivo deste Município, sobretudo depois do “cheque em branco” que passamos à gestão do AvePark no acordo parassocial, temos que apresentar uma postura proactiva, temos que ser os primeiros fiscalizadores do dinheiro dos contribuintes, temos que assegurar que a gestão do equipamento vai no sentido da rápida inversão da situação em que incorreu, e sobretudo, exigir resultados. Porque os Vimaraneses não compreenderão que depois da transferência destes €1,3 milhões, como prova da aposta que o Município faz naquele equipamento, não haja uma atuação correspondente sobre a gestão do AvePark, não haja uma rápida inversão desta situação de subsidi dependência, e que o Município não seja o primeiro a assegurar-se disso mesmo”. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA, EIM, SA – 1.º
ADITAMENTO AOS DOCUMENTOS FINANCEIROS –
CANCELAMENTO DE GARANTIAS, ALTERAÇÃO DO CAPITAL
SOCIAL E FÓRMULA DE ATUALIZAÇÃO DAS TARIFAS –**

Presente a seguinte proposta: "Por deliberação da Câmara Municipal de 2 de Abril de 2009, sancionada em sessão da Assembleia Municipal de 20 de Abril de 2009, foi aprovado o processo de financiamento, o acordo direto com o Município e o contrato de garantias da VIMÁGUA, EIM, SA, no âmbito do processo de financiamento da empresa em regime de Project Finance, cujos contratos vieram a ser celebrados em 8 de Junho de 2009 com o Banco BPI, SA e a Caixa Geral de Depósitos. Do contrato de garantia constava que o Município de Guimarães prestava, na qualidade de acionista da Vimágua, EIM, uma garantia a favor das instituições bancárias constituída pelo penhor das ações e dos direitos de crédito do Município de Guimarães. Entretanto, entendeu o Município de Guimarães que não se deviam manter as garantias que constavam daqueles contratos, por se levantarem dúvidas quanto ao seu enquadramento legal, tendo, assim, acordado com aquelas instituições bancárias o seu cancelamento. Posteriormente, no decurso do ano passado, o Município de Guimarães deliberou adquirir as ações da ECO-AVE – Sucatas, CIPRL, pelo que a sua participação atual na VIMÁGUA, EIM, SA, é de 90% do respetivo capital social. A Vimágua e os Municípios de Guimarães e Vizela aprovaram uma alteração ao Plano Plurianual de Investimentos o qual consubstancia uma alteração ao Anexo II do Contrato de Gestão, e pretendem alterar a fórmula de cálculo da atualização das Tarifas constantes do Anexo VI ao referido Contrato de Gestão, alterações que constam do aditamento ora proposto. Deste modo, estando acordado com as duas instituições bancárias proceder à modificação dos contratos no sentido de neles serem refletidas estas alterações, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a minuta de contrato em anexo (Anexo 1), que constitui o 1.º aditamento aos



documentos financeiros supra referidos, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

Sobre esta proposta, e tendo em vista esclarecer a fórmula de atualização das tarifas, o **Presidente da Câmara** leu, em voz alta, o seguinte texto: "A alteração resulta da substituição do fator "S" nas fórmulas de revisão em vigor. Assim será substituído o índice dos salários do sector dos serviços na região Norte pelo valor dos gastos com o pessoal da Vimágua. Esta mudança justifica-se por dois motivos: 1 – O INE deixou de publicar o índice inicialmente adotado; 2 – A evolução nos últimos anos do índice de salários do sector tem tido grandes flutuações, por vezes em contraciclo com os restantes índices de preços. Assim, passaremos a ter o seguinte fator "S": S_1 – valor dos gastos com o pessoal do ano anterior ao ano de revisão; S_0 – valor dos gastos com o pessoal do ano antecedente ao ano anterior ao de revisão. Em substituição do anterior S_1 – valor do índice, de base 100, dos salários do sector dos serviços da região Norte na data de revisão; S_0 – valor do índice, de base 100, dos salários do sector dos serviços na região Norte à data da revisão anterior". -----

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da alteração da fórmula de cálculo das tarifas da água porque esta se refere à substituição na referida

fórmula do referencial salarial da Região Norte pelo referencial salarial dos trabalhadores da Vimágua, dado que o primeiro sofria de uma elevada instabilidade e não era de cálculo fácil, enquanto o segundo permitia uma efetiva estabilidade e facilidade no seu apuramento. De qualquer forma a alteração proposta não produziu no corrente ano qualquer alteração nos valores das tarifas estabelecidas. Votamos também a favor da alteração aos contratos de financiamento, deixando de ser necessário manter o penhor das ações e dos direitos de crédito do Município, porque o acordo estabelecido com as entidades financiadoras reconheceu que o plano de gestão da Vimágua era suficiente”. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS

– Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Moreira de Cónegos, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 110 – Travessa Carral de Silvares – Tem início na rua de N.ª Sr.ª da Ajuda e termina no entroncamento com a rua de Silvares. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Moreira de Cónegos”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LORDELO

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Lordelo, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 145 – Travessa de



Gaínde – Arruamento sem saída, com início na rua de Gaínde. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Lordelo”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE FERMENTÕES

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Fermentões, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 93 – Rua Padre Domingos Ribeiro Dias – Arruamento sem saída, com início na rua do Souto e Minotes. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Fermentões”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE NESPEREIRA

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Nespereira, aprovou as seguintes denominações toponímicas: 61 – Rua da Bela Vista - Arruamento já existente na toponímia de Candoso (Santiago); 62 – Travessa da Bela Vista - Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. 63 – Travessa da Lameira - Arruamento

sem saída, com início na Estrada Nacional 105; 64 – Travessa do Noval - Arruamento sem saída, com início na rua do Covelo; 65 – Rua de Calços - Arruamento sem saída, com início na Estrada Nacional 105. 66 – Estrada Nacional 105 - Compreendida entre os limites de freguesia de Polvoreira e Conde; 67 – Rua da Barroca - Tem início na Estrada Nacional 105 e termina no entroncamento com a rua Visconde do Paço. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Nespereira. As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE CREIXOMIL - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Creixomil, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 119 – Rua Nossa Senhora de Fátima – Arruamento sem saída, com início na rua da Boucinha. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Creixomil”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e



Viaturas: "O Agrupamento Vertical de Escolas Santos Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de alunos a Ferrol, Espanha, nos próximos dias 13 e 14 de Abril. Assim, considerando que se trata da participação no "Proxecto Terra", no âmbito do protocolo de colaboração intercultural, estabelecido entre a Câmara Municipal de Guimaraes e o Colégio Oficial de Arquitectos da Galicia, e de um intercâmbio de relevante interesse pedagógico e cultural para os alunos e comunidade educativa, por meu despacho de 22 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para aprovação o apoio a conceder, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e de ajudas de custo ao motorista". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – INFANTÁRIO NUNO SIMÕES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "O Infantário Nuno Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos utentes, no dia 24 de Abril, ao Quartel dos Bombeiros de Guimarães. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógica, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho a 27 de março de 2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a Reunião de Câmara para deliberação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO TÁVORA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte

informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "O Agrupamento de Escolas Fernando Távora solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de alunos a Ferrol - Espanha, nos próximos dias 20 e 21 de Abril. Assim, considerando que se trata da participação no "Proxecto Terra" no âmbito do protocolo de colaboração intercultural, estabelecido entre a Câmara Municipal de Guimaraes e o Colégio Oficial de Arquitectos da Galicia, e de um intercâmbio de relevante interesse pedagógico e cultural para os alunos e comunidade educativa, por meu despacho de 22 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a aprovação o pedido de apoio a conceder, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e de ajudas de custo ao motorista". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA DAS TAIPAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "A Escola Secundaria de Caldas das Taipas solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de alunos e professores a Ferrol Espanha, nos próximos dias 18 e 19 de Maio. Assim, considerando que se trata da participação no "Proxecto Terra", no âmbito do protocolo de colaboração intercultural, estabelecido entre a Câmara Municipal de Guimaraes e o Colexio Oficial de Arquitectos da Galícia, e de um intercâmbio de relevante interesse pedagógico e cultural para os alunos e comunidade educativa, por meu despacho de 22 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição



deste tipo de apoios, remete-se para deliberação o pedido de apoio a conceder, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e de ajudas de custo ao motorista”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A EB 2,3 de Abação solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 8 e 15 de Maio ao Centro Cultural Vila Flor. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho a 27-03-2012, proponho o deferimento do pedido, Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a Reunião de Câmara para deliberação”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – EB1 DE GEMUNDE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A EB1 Gemunde - Ronfe solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 21 de Maio, ao Centro Histórico. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho 27 de março de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a Reunião

de Câmara para deliberação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – FIXAÇÃO DO MONTANTE DO FINANCIAMENTO A ASSEGURAR PELA AUTARQUIA À COOPERATIVA A OFICINA, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO –

Presente a seguinte proposta: "Devido a um lapso dos serviços, a proposta com este objeto deliberada na reunião de Câmara de 1 de março último não teve a necessária cabimentação. Assim, cumpre-me propor: 1. A revogação da deliberação de 1 de março de 2012 relativa à fixação do montante a atribuir pela Câmara Municipal à Cooperativa A Oficina no corrente ano; 2. A aprovação desta nova proposta, em tudo idêntica à aprovada em 1 de março de 2012. Em Março de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um protocolo de colaboração com a Cooperativa A Oficina, válido até ao final de 2012. Refere tal protocolo que, por deliberação a votar nos anos de 2011 e de 2012, a Câmara fixaria o montante global de financiamento e respectivo fraccionamento mensal respeitantes aos restantes anos de produção de efeitos do referido Protocolo de Colaboração. Nessa conformidade, proponho que o montante a atribuir à referida Cooperativa se mantenha, em 2012, nos €2.000.000,00 (dois milhões de euros), a pagar em duodécimos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CULTURA – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL 2012 – Presente a seguinte proposta: "Devido a um lapso dos serviços, a proposta com este objeto deliberada na reunião de Câmara de 1 de março último não teve a necessária cabimentação. Assim, cumpre-me propor: 1. A revogação da deliberação de 1 de março de 2012 relativa aos protocolos de



descentralização cultural a estabelecer no corrente ano; 2. A aprovação desta nova proposta, em tudo idêntica à aprovada em 1 de março de 2012. No seguimento da política definida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €50.150,00 (cinquenta mil, cento e cinquenta euros), de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: Bandas Musicais - €10.000,00; Grupo Folclóricos - €16.700,00; Grupos de Teatro Amador - €7.200,00; Grupos Corais Associativos - €4.800,00; Grupos de Música Popular - €3.200,00; Academia de Música Valentim Moreira de Sá - 2.000,00; Escolas de Música - €6.250,00. **Total - €50.150,00.** Mediante a aprovação da presente proposta, serão assinados com os diversos agrupamentos protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas". As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO E LOCAL – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2012 – Presente a seguinte proposta: "Devido a um lapso dos serviços, a proposta com este objeto deliberada na reunião de Câmara de 1 de março último não teve a necessária cabimentação. Assim, cumpre-me propor: 1. A revogação da deliberação de 1 de março de 2012 relativa aos apoios financeiros a prestar em 2012 às Festas de Interesse Concelhio e Local; 2. A aprovação desta nova proposta, acrescentada de uma dotação de €1.000,00 (mil euros) para as Festas de S. Tiago de Ronfe. As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações

sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória colectivas. Pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €100.000,00 (cem mil euros): **1 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO** - Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana) - €75.000,00; Festas das Taipas - S. Pedro (Comissão Organizadora) - €6.800,00; Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém) - €3.000,00; Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva) - €1.800,00; Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) - €2.500,00; Danças de S. Nicolau (Ass. dos Antigos Alunos do Liceu Guimarães) - €1.500,00; Festas das Cruzes (Serzedelo) (Comissão Organizadora) - €1.000,00; Festas de S. Tiago de Ronfe (Comissão Organizadora) - €1.000,00; Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato) - €800,00; Linhal da Corredoura (Grupo Folclórico da Corredoura) - €600,00. **2 - FESTAS DE INTERESSE LOCAL** - Festas de S. Cristóvão (Assoc. dos Motoristas de Guimarães) - €600,00; Festas do Dia do Caixeiro (Comissão Organizadora do Dia do Caixeiro) - €600,00; Festas de Stº António (Cruz de Pedra) (G. Cult. Rec. Cruz de Pedra) - €600,00; Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões) - €600,00; Festas de S. João de Calvos (Lordelo) (Comissão de Festas) - €600,00; Festa de Carnaval Pevidém (Grupo de Teatro do C.C.D. da Coelima) - €600,00; Festas de Nª Srª da Ajuda (Moreira Cónegos) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de S. Sebastião - (Serzedo) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de S. Tiago (Lordelo) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de Nossa Senhora da Luz (Creixomil) (Comissão Organizadora) - €600,00. **Total -**



€100.000,00. Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efectuados após prova documental, por parte das entidades beneficiadas, da respectiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas *ad-hoc*, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Junta de Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PRÉMIO VICTOR DE SÁ DA UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a seguinte proposta: "O Conselho Cultural da Universidade do Minho promove, no corrente ano, a 21ª edição do Prémio Victor de Sá, atribuído a trabalhos sobre a História Contemporânea Portuguesa e destinado a jovens investigadores até 35 anos. Ao aceder a participar do fundo mecenático constituído para atribuição deste prémio, a Câmara Municipal de Guimarães tem sido uma das suas entidades patrocinadoras, pelo que proponho que, ainda que com uma redução de 20% relativamente ao montante deliberado no ano transato, seja atribuído à Universidade do Minho (Departamento de Ciências Sociais) um subsídio de €800,00 (oitocentos euros) ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento n.º 606/2010, destinado a

participar no Fundo Mecenático de apoio ao Prémio Victor de Sá”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – 2012 – Presente a seguinte

proposta: “O Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. n.º 607/2010 de 15 de Julho) é o instrumento regulador da atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social, permitindo contribuir por um lado, para a criação das condições e meios necessários ao desenvolvimento das suas atividades e, por outro induzir a necessária planificação dos apoios a conceder e aumentar a transparência nos processos decisórios. Até à data encontram-se inscritas no Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) 64 instituições, das quais 48 apresentaram candidaturas para 2012. De acordo com os artigos 10º e 11º do referido regulamento, os critérios que estiveram na base da apreciação e avaliação dos projetos e atividades apresentados pelas instituições valorizaram os seguintes parâmetros: – a qualidade e interesse dos projetos apresentados; a continuidade e qualidade de execuções anteriores; a criatividade e inovação; a consistência e adequação do orçamento apresentado às atividades a realizar; a capacidade de angariação de outras fontes de financiamento; o número potencial de beneficiários; a consonância entre os objectivos propostos com o plano de atividades para a área Social da Câmara Municipal de Guimarães; as respostas às necessidades da comunidade, a intervenção continuada em área prioritárias de inserção social e comunitária, o contributo para a correção das desigualdades de ordem socioeconómica, o combate à exclusão social e o âmbito geográfico e populacional de intervenção. Após a verificação destes critérios de elegibilidade, e com base numa



grelha de avaliação, determinou-se as classificações das 48 instituições candidatas a subsídios e apoios para 2012. Nesta fase, e considerando as atuais disponibilidades financeiras do Município, propõem-se para aprovação o financiamento das 28 instituições candidatas que a seguir se apresentam por ordem de classificação.

	INSTITUIÇÕES	Valor a financiar
1	Lar de Santo António	35.321,40
2	Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães	10.400,00
3	Cooperativa de Educação e Reabilitação Crianças Inadaptadas - CERCIGUI	10.000,00
4	Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães - APCG	10.000,00
5	Casa do Povo de Fermentões	9.000,00
6	Centro Social Paroquial de Gondar	7.500,00
7	Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro	5.000,00
8	Patronato S. Sebastião	5.000,00
9	Casa do Povo de Serzedelo	3.000,00
10	Fundação Stela e Oswaldo Bomfim	3.000,00
11	Associação Para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - ADCL	4.000,00
12	Centro Juvenil de S. Jose	2.000,00
13	Centro Social e Paroquial de Mascotelos	2.500,00
14	Centro Social, Cultural, Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande	2.000,00
15	Centro Social da Paróquia de Sta. Eulália de Nespereira	2.000,00
16	Centro Social Nª Senhora do Carmo	2.500,00
17	Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa	2.000,00
18	Centro Social da Paróquia de Polvoreira	2.500,00
19	Centro Social e Paroquial De Ronfe	2.000,00
20	Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses"	2.000,00
21	Venerável Ordem Terceira de S. Domingos	2.500,00
22	Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	2.500,00
23	Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social de Tabuadelo, CRL	1.000,00
24	Associação de Escoteiros de Portugal	1.000,00
25	Associação Recreativa Cultural Monte de S. Pedro	1.000,00
26	Associação dos Reformados de Lordelo	1.000,00
27	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Conceição	1.000,00
28	Centro Social Paroquial Stª Cristina de Serzedelo	1.000,00
		132.721,40

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a aprovação desta proposta para a atribuição de financiamentos às instituições supracitadas, no montante total de €132.721,40 (cento e trinta e dois mil setecentos e vinte e um euros e quarenta cêntimos), a que corresponde a declaração de cabimento nº 2186/2012”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – FIXAÇÃO DO MONTANTE DO FINANCIAMENTO A ASSEGURAR PELA AUTARQUIA À COOPERATIVA TEMPO LIVRE, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO –

Presente a seguinte proposta: “Devido a um lapso dos serviços, a proposta com este objeto deliberada na reunião de Câmara de 1 de março último não teve a necessária cabimentação. Assim, cumpre-me propor: 1. A revogação da deliberação de 1 de março de 2012 relativa à fixação do montante a atribuir pela Câmara Municipal à Cooperativa Tempo Livre no corrente ano; 2. A aprovação desta nova proposta, em tudo idêntica à aprovada em 1 de março de 2012. Em Março de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um protocolo de colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, válido até ao final de 2012. Refere tal protocolo que, por deliberação a votar nos anos de 2011 e de 2012, a Câmara fixaria o montante global de financiamento e respectivo fraccionamento mensal respeitantes aos restantes anos de produção de efeitos do referido Protocolo de Colaboração. Nessa conformidade, proponho que o montante a atribuir à referida Cooperativa se mantenha, em 2012, nos €720.000,00 (setecentos e vinte mil euros), a pagar em duodécimos”.



DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----
Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na opinião dos vereadores do PSD, é injustificável justifica o aumento verificado no financiamento assegurado pelo Município para a Cooperativa «TEMPO LIVRE». Trata-se de um aumento da ordem dos €180.000,00 face ao montante despendido no ano anterior (de €540.000,00 para €720.000,00), que corresponde a um aumento de 33% face ao valor transferido no ano 2011, o que, numa altura de crise transversal, numa altura de cortes sérios e profundos (como na iluminação das vias e artérias do nosso concelho), numa altura em que o Presidente de Câmara alertou para a eventualidade de a Câmara proceder a cortes nos apoios sociais por falta de condições económicas, um aumento numa cooperativa que se dedica essencialmente à atividade de desporto e lazer é algo que a nossa ver não merecer a nossa concordância. Nesse enquadramento, a única razão pela qual não votamos contra esta transferência para a «TEMPO LIVRE» prende-se com a circunstância de o valor relativo ao ano 2011 ter sido já substancialmente inferior ao valor relativo ao ano de 2010, pelo que se considera haver aqui uma correção face à queda significativa do ano anterior, razão pela qual, nos abstermos neste ponto da ordem de trabalhos”. -----

DIVERSOS – UNIVERSIDADE DO MINHO – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA – Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho vai participar na prova da Shell Eco-Marathon, na Holanda, com um carro na categoria de protótipo a gasolina. A Câmara Municipal tem apoiado participações anteriores e o

desenvolvimento do projeto de um carro de muito baixo consumo, sendo o subsídio concedido fundamentalmente para o suporte dos encargos de participação na prova e implementação do projeto. Considerando o interesse pedagógico desta participação e a divulgação do nome da cidade que estará patente nesta prova internacional, proponho a atribuição de um subsídio de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), correspondente apenas a 50% do atribuído no ano anterior, face às dificuldades financeiras que atravessamos, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº4 do artigo 64º da lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – UNIVERSIDADE DO MINHO – CENTRO ALGORITMI - APOIO À REALIZAÇÃO DO FESTIVAL NACIONAL DE ROBÓTICA – Presente a seguinte proposta: “O

Centro Algoritmi da Universidade do Minho vai promover, a exemplo dos anos anteriores, de 11 a 15 de Abril, o Festival Nacional de Robótica, com a participação de 900 a 1000 pessoas de todo o País, tendo solicitado apoio logístico municipal. Considerando o interesse da iniciativa e atividade desenvolvida na área da robótica por este centro universitário, sediado em Guimarães, deferi que fossem concedidos os seguintes apoios logísticos, os quais coloco à ratificação da Câmara Municipal: Oferta de 50 mapas e 30 guias da cidade às diferentes representações que visitam Guimarães; Oferta de um livro sobre o património da Cidade a um Convidado de Honra; Autorização para a utilização do equipamento de áudio e do projetor de vídeo que se encontram no Auditório da Universidade; Cedência de 40 mesas e de um palco; Disponibilização de duas estruturas de outdoor para divulgação do evento. Qualquer colaboração dos



serviços municipais não implicará o pagamento de horas extraordinárias. Os apoios indicados são concedidos ao abrigo do disposto na alínea b) do nº4 do artigo 64º da lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RESPEITANTE AO ANO DE 2011 – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2011, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Votamos a favor das contas do exercício do ano 2011, dada a taxa de execução de 71% que, nas atuais condições do País, tem de ser considerada elevada. Se fosse mais elevada obrigaria ao aumento do endividamento, que seria ainda maior, se como pretende a oposição, baixasse o valor das taxas municipais. O aumento contabilístico de 20 milhões de passivo resulta da contabilização de 19 milhões de fundos comunitários, pelo que esse aumento real foi apenas de um milhão. No que respeita aos investimentos nas freguesias, ele não é menor nem tem menos qualidade que nos Municípios onde se verificam mais transferências. Preferimos nas freguesias o investimento direto municipal porque o Município tem mais capacidade técnica, e podemos investir melhor que estas, que teriam mais dificuldade em o realizar”. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O documento sobre o qual somos chamados a pronunciar representa o resultado da concretização parcial do Plano de Atividades para o ano 2011. Plano este, apresentado como um dos mais importantes, senão mesmo o mais importante, dos últimos anos, pois nele vimos espelhados os principais investimentos no âmbito do projeto «Guimarães Capital Europeia da Cultura». Sendo um documento marcadamente técnico, onde se evidenciam mapas de execução bem como instrumentos de análise contabilística e de gestão, importa, neste palco, lamentar profundamente o exíguo tempo que nos é concedido entre a entrega dos documentos e a reunião de hoje, apesar de se encontrar dentro do limite legal. Um documento desta complexidade técnica, com mais de 300 páginas, não pode ser analisado com o detalhe que ele justifica em pouco mais de 48 horas, atitude que é bem reveladora da postura que a maioria tem para com os vereadores da oposição, atitude que é bem demonstrativa dos motivos porque censuramos o respeito pelos direitos da oposição, atitude que, no fundo, não engrandece quem a toma, mas qualifica quem a toma. Se o Plano de Atividades é o documento por excelência onde se evidencia a estratégia da gestão municipal, o relatório de atividades e respectiva prestação de contas espelha o grau de concretização dessas expectativas. Este é um ponto determinante e que serve para avaliar a capacidade dos gestores em executar aquilo que orçamentam. Sendo 2011 um ano especial pelos motivos já aludidos era espectável que a taxa de execução fosse também excepcional. Aquilo que assistimos é que a receita foi executada apenas em 63% e a despesa em pouco mais de 70%. Taxas estas que demonstram um desvio considerável face ao orçamentado.



Conclui-se que uma parte considerável do que foi aqui votado em sede de Plano de Atividades e Orçamento não foi concretizada. Conclui-se que as expectativas geradas em torno desse Orçamento não são correspondidas por apresentarmos uma execução muito aquém da meta que a própria Câmara fixou para si própria. Resulta também da análise uma evidência que nos preocupa: o passivo total aumenta cerca de €20.000.000 o que contraria o esforço nacional de redução de passivos do Estado e das Autarquias Locais, e as novas regras da Lei dos Compromissos que aportará mudanças profundas ao nível da cabimentação da despesa. Bem sabemos que há um aumento de serviço da dívida que advém das responsabilidades que assumimos face à organização do evento CEC/2012, mas a verdade é que se mantivermos os níveis de despesa corrente, aumentando o serviço da dívida, caminhamos para um forte desequilíbrio financeiro. Não podemos deixar de registar positivamente uma redução da dívida de curto prazo, mas fortemente contrariada por um aumento em cerca de €5.000.000 da dívida de médio longo prazo, que transfere para as gerações futuras um ónus significativo que é já superior a €62.000.000. Para melhor avaliar a capacidade de gestão e a evolução económico-financeira do município, importa ver estes documentos numa perspectiva plurianual e, se possível, com uma opinião independente e tecnicamente válida. O Anuário Financeiro dos Município Portugueses que analisou as contas das autarquias no ano 2010 foi recentemente apresentado. Pela credibilidade dos seus autores e pela forma clara como são apresentados os dados, importa partilhar alguma das conclusões onde é referido o nosso Município e que nos ajudam a perceber melhor o estado das contas da autarquia e as preocupações que o PSD tem

repetidamente trazido a esta câmara. Ao nível dos impostos e em especial o **IMI**, Guimarães foi o 14º município com maior aumento comparativamente com o ano anterior (na ordem dos € 1.150.000), o que revela que contrariamente aos receios aqui manifestados pela Câmara não se verificou uma forte redução da cobrança dos impostos, pelo que, é chegada a hora de dar um sinal aos Vimaraneses, é chegada a hora de, havendo vontade e sensibilidade política, aliviar as famílias Vimaraneses com uma redução, ainda que ligeira, das taxas aplicadas pelo Município. Um outro dado constante neste Anuário Financeiro e que permite aferir da importância que os municípios dão, ou não, ao trabalho das freguesias e dos seus autarcas, é o que revela a percentagem das transferências para as freguesias na despesa total. Guimarães, como esperado, não aparece no quadro onde constam os 35 municípios em que esta despesa mais pesa no orçamento. Mas o mais curioso é que Braga é o primeiro concelho daquele índice, isto é, e aquele que mais transfere para as freguesias, Fafe o número 5, Barcelos o número 7, Esposende o número 16 e a Póvoa de Lanhoso o número 20. Isto é, no ranking dos 35 municípios que mais investem nas freguesias, 5 são do distrito de Braga e Guimarães nem tampouco surge nesse índice. Sendo Guimarães, curiosamente, o 2º concelho do País com maior número de freguesias! Este indicador é bem revelador da política centralista desta Câmara, e bem demonstrativo de como a prática política contraria em muito aquela que é a teoria tantas vezes apregoada, mas nunca praticada. De registar ainda que em 2010 o passivo exigível do município de Guimarães foi o 16º com maior valor da totalidade dos municípios portugueses. E por último, dados que sendo absolutamente relevantes cremos dispensarem mais comentários, como sejam os de que de entre as centenas de



empresas municipais do País o **Avepark é a 14º empresa do setor empresarial local em Portugal com piores resultados económicos em 2010** (- €750.000) e a **Vimágua é a 11º empresa municipal de Portugal com maior valor de endividamento líquido**. -----

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

– **ANO DE 2011** – Presente, em anexo, o Relatório de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, relativo ao ano de 2011, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O documento sobre o qual somos chamados a pronunciar representa o resultado da concretização parcial do Plano de Atividades para o ano 2011. Plano este, apresentado como um dos mais importantes, senão mesmo o mais importante, dos últimos anos, pois nele vimos espelhados os principais investimentos no âmbito do projeto «Guimarães Capital Europeia da Cultura». Sendo um documento marcadamente técnico, onde se evidenciam mapas de execução bem como instrumentos de análise contabilística e de gestão, importa, neste palco, lamentar profundamente o exíguo tempo que nos é concedido entre a entrega dos documentos e a reunião de hoje, apesar de se encontrar dentro do limite legal. Um documento desta complexidade técnica, com mais de 300 páginas, não pode ser analisado com o detalhe que ele justifica em pouco mais de 48 horas, atitude que é bem reveladora da postura que a maioria tem para com os vereadores da oposição,

atitude que é bem demonstrativa dos motivos porque censuramos o respeito pelos direitos da oposição, atitude que, no fundo, não engrandece quem a toma, mas qualifica quem a toma. Se o Plano de Atividades é o documento por excelência onde se evidencia a estratégia da gestão municipal, o relatório de atividades e respectiva prestação de contas espelha o grau de concretização dessas expectativas. Este é um ponto determinante e que serve para avaliar a capacidade dos gestores em executar aquilo que orçamentam. Sendo 2011 um ano especial pelos motivos já aludidos era espectável que a taxa de execução fosse também excepcional. Aquilo que assistimos é que a receita foi executada apenas em 63% e a despesa em pouco mais de 70%. Taxas estas que demonstram um desvio considerável face ao orçamentado. Conclui-se que uma parte considerável do que foi aqui votado em sede de Plano de Atividades e Orçamento não foi concretizada. Conclui-se que as expectativas geradas em torno desse Orçamento não são correspondidas por apresentarmos uma execução muito aquém da meta que a própria Câmara fixou para si própria. Resulta também da análise uma evidência que nos preocupa: o passivo total aumenta cerca de €20.000.000 o que contraria o esforço nacional de redução de passivos do Estado e das Autarquias Locais, e as novas regras da Lei dos Compromissos que aportará mudanças profundas ao nível da cabimentação da despesa. Bem sabemos que há um aumento de serviço da dívida que advém das responsabilidades que assumimos face à organização do evento CEC/2012, mas a verdade é que se mantivermos os níveis de despesa corrente, aumentando o serviço da dívida, caminhamos para um forte desequilíbrio financeiro. Não podemos deixar de registar positivamente uma redução da dívida de curto prazo, mas



fortemente contrariada por um aumento em cerca de €5.000.000 da dívida de médio longo prazo, que transfere para as gerações futuras um ónus significativo que é já superior a €62.000.000. Para melhor avaliar a capacidade de gestão e a evolução económico-financeira do município, importa ver estes documentos numa perspectiva plurianual e, se possível, com uma opinião independente e tecnicamente válida. O Anuário Financeiro dos Município Portugueses que analisou as contas das autarquias no ano 2010 foi recentemente apresentado. Pela credibilidade dos seus autores e pela forma clara como são apresentados os dados, importa partilhar alguma das conclusões onde é referido o nosso Município e que nos ajudam a perceber melhor o estado das contas da autarquia e as preocupações que o PSD tem repetidamente trazido a esta câmara. Ao nível dos impostos e em especial o **IMI**, Guimarães foi o 14º município com maior aumento comparativamente com o ano anterior (na ordem dos €1.150.000), o que revela que contrariamente aos receios aqui manifestados pela Câmara não se verificou uma forte redução da cobrança dos impostos, pelo que, é chegada a hora de dar um sinal aos Vimaraneses, é chegada a hora de, havendo vontade e sensibilidade política, aliviar as famílias Vimaraneses com uma redução, ainda que ligeira, das taxas aplicadas pelo Município. Um outro dado constante neste Anuário Financeiro e que permite aferir da importância que os municípios dão, ou não, ao trabalho das freguesias e dos seus autarcas, é o que revela a percentagem das transferências para as freguesias na despesa total. Guimarães, como esperado, não aparece no quadro onde constam os 35 municípios em que esta despesa mais pesa no orçamento. Mas o mais curioso é que Braga é o primeiro concelho daquele índice, isto é, e aquele que mais transfere para as freguesias, Fafe

o número 5, Barcelos o número 7, Esposende o número 16 e a Póvoa de Lanhoso o número 20. Isto é, no ranking dos 35 municípios que mais investem nas freguesias, 5 são do distrito de Braga e Guimarães nem tampouco surge nesse índice. Sendo Guimarães, curiosamente, o 2º concelho do País com maior número de freguesias! Este indicador é bem revelador da política centralista desta Câmara, e bem demonstrativo de como a prática política contraria em muito aquela que é a teoria tantas vezes apregoada, mas nunca praticada. De registar ainda que em 2010 o passivo exigível do município de Guimarães foi o 16º com maior valor da totalidade dos municípios portugueses. E por último, dados que sendo absolutamente relevantes cremos dispensarem mais comentários, como sejam os de que de entre as centenas de empresas municipais do País o **Avepark é a 14º empresa do setor empresarial local em Portugal com piores resultados económicos em 2010** (- €750.000) e a **Vimáqua é a 11º empresa municipal de Portugal com maior valor de endividamento líquido.** -----

MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, para aprovação, o Manual de Consolidação de Contas do Município de Guimarães respeitante ao exercício de 2012. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS TREZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 8 Fls. _____

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 2012